

DIÁRIO DO GOVERNO



A correspondência oficial da capital e das províncias, *foras de parte*, bem como os periódicos que trocaram com o *Diário*, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.

Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberam na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano 184000 | Anúncios, por linha 60
Ditas por semestre 104000 | Comunicados e correspondências, por linha 60

Número avulso, cada folha de quatro páginas 40

Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1908, cobrar-se hão 10 réis de selo por cada anúncio publicado no *Diário do Governo*.

A correspondência para a assinatura do *Diário do Governo* deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que, respeitadas as publicações de anúncios, será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Despacho concedendo uma medalha de filantropia e generosidade. Decreto de 24 de Maio, demitindo do respectivo lugar um segundo oficial da Direcção Geral da Assistência.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal. Decretos de 24 de Maio:

Determinando várias providências para evitar certos abusos praticados com relação às certidões exigidas para a realização dos actos de registo nas conservatórias desanexadas. Transferindo para a freguesia de France a sede do lugar de notário existente na de Povovide. Indultando as penas a diferentes réus da comarca das Caldas da Rainha. Cedendo a diferentes corporações, a título de arrendamento, vários bens eclesiásticos. Despachos aprovando estatutos de associações culturais. Despachos sobre movimento de pessoal de registo civil.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Lei de 24 de Maio, autorizando a emissão duma estampilha especial comemorativa das festas da cidade de Lisboa. Despacho pela Secretaria Geral, sobre confirmação de aposentações e movimento de pessoal. Anúncio de concurso para provimento dum lugar de primeiro oficial da Direcção Geral da Contabilidade Pública. Aviso de terem sido retirados da praça três foros da Câmara Municipal de Serpa. Despachos pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, sobre movimento de pessoal. Balancetes de bancos e companhias.

MINISTÉRIO DA MARINHA:

Despacho louvando o capitão de bandeira do transporte *Cabo Verde*, pela forma porque desempenhou aquele cargo, e bem assim os oficiais e praças que, sob o seu comando, seguiram no mesmo transporte para segurança dos presos. Despachos pela Administração dos Serviços Fabris, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Despachos pela Secretaria Geral, sobre movimento de pessoal. Despachos pela Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, sobre movimento de pessoal. Portaria de 24 de Maio, estabelecendo as condições a observar na resolução de certas reclamações apresentadas contra o concessionário dum mina de cobre situada no concelho de Sever do Vouga. Editos para concessão dos diplomas aos descobridores de quatro minas de estanho situadas no concelho da Guarda. Aviso de estarem à venda as folhas n.º 6-c e 17-a, Porto e Lourinhã, da carta de Portugal. Despachos aprovando estatutos de associações de socorros mútuos e de classe. Aviso acerca do indeferimento do pedido de patente de invenção n.º 8:588. Despachos pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos, sobre movimento de pessoal. Despachos criando e suprimindo estações postais. Aviso de ter sido estabelecida a venda de ordens postais nas estações telegrapho-postais de Sete Rios e Monte-Estóril. Aviso, pela Repartição do Turismo, acerca dos exames para intérpretes e guias intérpretes. Decreto de 17 de Maio, transferindo uma verba dentro do orçamento do Ministério do Fomento.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS:

Nova publicação, rectificada, da portaria de 21 de Maio, que anula o provimento do lugar de agente geral da Sociedade de Emigração para S. Tomé e Príncipe. Despachos pela Direcção Geral de Fazenda das Colónias, sobre movimento de pessoal.

CONGRESSO:

Câmara dos Deputados, proposições de lei: Sobre a publicação do novo regulamento do Congresso. Sobre a municipalização dos serviços de iluminação eléctrica de Alcobaça.

TRIBUNAIS:

Supremo Tribunal de Justiça, acórdão da Comissão Nacional de Pensões Eclesiásticas num processo de pensões do distrito de Santarém. Tribunal de Guerra de Braga, editos para citação de réus ausentes.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Comissão Administrativa do Município de Lisboa, aviso de que as praças para venda de muare e de vários artigos se realizarão em 2 de Junho. Liceu de Maria Pia, edital acerca do serviço dos exames. Juízo de direito da comarca da Certã, editos para expropriações de terrenos. Tesourarias da Fazenda Pública dos quatro bairros de Lisboa, editais acerca do pagamento da contribuição sumptuária do primeiro semestre de 1913 e da taxa militar de 1912. Casa da Moeda, anúncio para arrematação do transporte de volumes e remoção de entulho. Depósito Geral de Material Sanitário, anúncio para arrematação de penos para o serviço de saúde do exército. Escola Naval, aviso acerca dos exames de pilotagem. Arsenal da Marinha, anúncio para arrematação de bolacha e carne salgada. Escola Industrial de Reforma do Porto, anúncio para arrematação de géneros, medicamentos e vários artigos.

Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, habilitação para levantamento dum crédito. Exploração do porto de Lisboa, anúncio para arrematação da construção dum armazém. Observatório do Infante D. Luís, boletim meteorológico. Capitania do porto de Lisboa, boletim do movimento da barra. Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 170—Cotação dos fundos públicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 23 de Maio.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Política e Civil

Para os devidos efeitos se publica o seguinte despacho:

Maio 24

Medalha de prata de distinção e prémio concedida ao mérito, filantropia e generosidade

Francisco Inácio, primeiro sargento artífice, do corpo de marinheiros da armada n.º 661.

Ministério do Interior, em 26 de Maio de 1913.—O Director Geral, *Ricardo Pais Gomes*.

Direcção Geral de Assistência

2.ª Repartição

Sendo-me presente o parecer do Conselho Disciplinar do Ministério do Interior relativo ao segundo oficial da Direcção Geral de Assistência, José Ferraz Lobo:

Atendendo a que do mesmo parecer se conclui que o referido funcionário deu mais de trinta faltas seguidas, sem justificação ou explicação, incorrendo por isso nas penas dos n.ºs 9.º e 10.º do artigo 6.º do regulamento disciplinar de 22 de Fevereiro de 1913, por força do disposto no artigo 19.º do mesmo regulamento:

Atendendo a que o referido Conselho não julgou justificado com as razões alegadas pelo arguido, em sua defesa, o facto punível apontado:

Conformando-me com o parecer do mesmo Conselho Disciplinar:

Usando das atribuições que me confere o n.º 4.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro do Interior, que José Ferraz Lobo seja demitido do lugar de segundo oficial da Direcção Geral de Assistência.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 24 de Maio de 1913.—*Manuel de Arriaga*—*Rodrigo José Rodrigues*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral de Justiça

1.ª Repartição

Despachos efectuados nas seguintes datas, tendo o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 23 do corrente, os que estão nos casos do artigo 44.º e seus parágrafos da lei de 9 de Setembro de 1908:

Maio 12

Bacharel Manuel Álvaro dos Reis Lima, Presidente da Relação de Lisboa—promovido a juiz do Supremo Tribunal de Justiça.

Bacharel Mateus Teixeira de Azevedo, juiz da Relação de Lisboa—nomeado presidente da mesma Relação. Bacharel Manuel Pereira Pimenta de Sousa Castro, juiz agregado à Relação de Lisboa—nomeado juiz da mesma Relação.

Bacharel José de Sousa Mendes, juiz de direito na comarca de Ovar—transferido, como requereu, para idêntico lugar na comarca de Viseu.

Maio 24

Bacharéis, Rodolfo Manuel de Magalhães Aguiar e Alfredo Eduardo Lencastre da Veiga—exonerados de subdelegados do Procurador da República, respectivamente em Vila Nova de Famalicão e na 4.ª vara civil de Lisboa.

Bacharel Júlio Maria da Cunha e Sá, nomeado notário na comarca de Avis.

Manuel Francisco Fernandes Pereira do Brito, escrivão do segundo officio do juiz de direito de Valença—declarado nos termos de ser substituído por incapacidade física permanente.

Numa Castigo Viana Alves Passos, escrivão substituto na comarca de Braga—transferido, como requereu, para idêntico lugar na comarca de Valença, no impedimento de Manuel Francisco Fernandes Pereira do Brito.

João José Ferreira—nomeado escrivão substituto da comarca de Braga, no impedimento de Augusto Freitas Carvalho.

António Augusto de Andrade, escrivão-notário em Baião—declarado nos termos de ser substituído, por incapacidade física permanente.

Exonerado o juiz de paz do distrito de Serpins, comarca de Cantanhede e nomeado para este lugar Adriano Ferreira Martins.

Exonerado o juiz de paz do distrito de Vila Viçosa, comarca do mesmo nome, e nomeado para este lugar Inácio Maria da Costa.

Domingos Meireles de Sousa—nomeado juiz de paz do distrito da Sé, comarca de Lisboa.

João Lopes de Pinho—nomeado juiz de paz do distrito de Pardilhó, comarca de Estarreja.

Maximino António Barbosa—exonerado do cargo de substituto do juiz de paz do distrito de Caniçada, comarca de Vieira.

António Silvestre Rosa—nomeado substituto do juiz de paz do distrito de Vila Viçosa, comarca do mesmo nome.

António Pereira Neves—nomeado escrivão do juízo de paz do distrito de Belmonte, comarca da Covilhã.

Bacharel Américo Augusto da Conceição, notário na Feira—autorizado, provisoriamente, a exercer a advocacia.

Maio 2

Bacharel Ernesto José Rodrigues de Bastos Coutinho Beleza de Andrade—nomeado ajudante do notário substituto de Lisboa, José Peres de Noronha Galvão. Bacharel Dario Mendes Calisto—nomeado ajudante do notário de Vagos, Francisco dos Santos Vitor.

Declara-se que o bacharel José Álvaro de Meneses foi nomeado sub-delegado do Procurador da República na comarca de Armamar e não Amarante, como safu publicado no *Diário do Governo* de 16 do corrente mês.

2.ª Repartição

Tendo a portaria de 22 de Dezembro de 1911 declarado a gratuidade das certidões que o artigo 195.º do Regulamento do Registo Predial exige para se efectuarem as actas de registo nas conservatórias desanexadas, e succedendo que, segundo consta de várias queixas ao Ministério da Justiça apresentadas, muitos abusos se tem praticado à sombra dessa disposição: hei por bem decretar, sob proposta do Ministro da Justiça, que tais certidões sejam pedidas oficialmente pelos conservadores das mesmas conservatórias aos conservadores das antigas, com indicação das respectivas actas de registo requeridas e para que são precisas, sendo só essas que deverão ser passadas gratuitamente, e ficando uns e outros daqueles funcionários respectivamente sujeitos à responsabilidade disciplinar pelos actos que praticarem em contrário à verdade e ao que aqui vai estabelecido.

Paços do Governo da República, em 24 de Maio de 1913.—*Manuel de Arriaga*—*Alvaro de Castro*.

24 de Maio

Decreto transferindo para a freguesia de S. Pedro de France, do concelho de Viseu, a sede do lugar do notário até agora existente na freguesia de Povovide, do mesmo concelho e comarca do mesmo nome.

Sobre proposta do Ministro da Justiça, com voto afirmativo da Comissão de Reforma Penal e Prisional; e Nos termos do n.º 8.º do artigo 47.º, da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem decretar que sejam indultadas as penas aos réus João José de Negrelho, Joaquim Anacleto, José Adriano, Joaquim Luís, Joaquim Gonçalves e José Miguel, todos do lugar de Nadadouro, concelho de Obidos, e comarca das Caldas da Rainha.

O Ministro da Justiça assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 24 de Maio de 1913.—*Manuel de Arriaga*—*Alvaro de Castro*.

Direcção Geral da Justiça, em 26 de Maio de 1913.—O Director Geral, *Germano Martins*.